

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/RS

ATA DA 1ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CES/RS-2014

2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46

No sétimo dia do mês de agosto de 2014, às 9h, no Auditório do CAFF, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Mesa de Abertura: Conselho Estadual de Saúde do RS – CES/RS; Controladoria Geral da União – CGU/RS. 2º) Transparência como Ferramenta de Controle: Lei de Acesso a Informação; Portal de Transparência; 3º) Controle na Licitação; Controle Social na Licitação; Pontos de Controle. Titulares:** Paulo Humberto, Celia Chaves, Sonia Pinheiro, Zilá Cohen, João de Deus, Adão Zanandréa, Odil Gomes, Ana Valls, Jairo Tessari, Cristiane Pegoraro, Vera Leonardi. **Suplentes:** Ivarlete França, Rafaeli Silva, Miriam Kolinger, Carlos Martins, Jeisson Rex. Antônio Carlos de Alvorada pergunta sobre a política de transferência de recursos para programas federais, como o programa de transferência de dinheiro para a propaganda da atenção básica. Pergunta se é legal. Cláudio, presidente da CGU, responde que isso será respondido a tarde pelo colega que fará apresentações. Gerson, da Secretaria de Saúde de Cachoeirinha, diz que cada vez mais os municípios aplicam seu percentual de investimento em saúde pública, mínimo de 15%, e cada vez mais o judiciário obriga só municípios a fazer compras de ações que não fazem parte da atenção básica, e quando o gestor não consegue cumprir com isso, os recursos são bloqueados e não se consegue investir na atenção básica. Pergunta qual a posição da CGU sobre isso. Cláudio diz que isso não é uma atitude certa, mas que não é de competência da CGU tratar do repasse Estado-município. Ivarlete passa a discussão para o próximo ponto, o de Controle na Licitação. Cláudio responde que faltou a demonstração sobre os percentuais da consulta e que para isso deveria se fazer um cálculo mais complexo, considerando a receita. Ivan diz que a primeira questão que quer salientar é a que o Cláudio fez, sobre o controle. Sobre como se faz controle. Diz que o primeiro insumo para o controle é a informação, que os conselheiros coletam com fiscalização. Comenta que a fiscalização do pessoal da gestão é muito complexa. Pergunta o que seria mais interessante para se fazer um plano de fiscalização. Diz que quer provocar as pessoas para estabelecer uma linha de raciocínio. Pergunta se as pessoas dominam o assunto de gestão e fiscalização, se tem conhecimento sobre convênio etc. Diz que falando sobre informação, o primeiro insumo para isso é a lei de acesso à informação. Pergunta o que há de transparência ativa e o que há de transparência passiva na saúde. Diz que pergunta isso por causa do seguinte, que é a questão das denúncias. Conta que alguém comentou com ele que muitas das denúncias não são atendidas e não tem resposta. Diz que uma coisa que se deve aprender é a classificar denúncia. Comenta que recebem muitas denúncias desnecessárias. Diz que conhecendo a lei da transparência, se descobre o que é transparência ativa. Comenta que com base nisso, vão surgir várias dúvidas, pois a fiscalização que fazem muitas vezes não correspondem. Diz que daí então irão para a transparência passiva, transparência que tem inclusive prazo para ser respondida. Questiona como podem qualificar a denúncia e a fiscalização. Paulo ressalta a presença da Secretária Rosângela. Ivan apresenta um Power Point sobre o Controle Social na Licitação. Durante a apresentação explica que facilita muito para os órgãos técnicos que se tenha uma homogeneidade no entendimento de conceitos, como improbidade (série de falhas que não envolvem prejuízo financeiro) etc. Pergunta se o mais importante é atacar as improbidades ou as irregularidades, que envolvem prejuízo financeiro. Diz que se deve fazer a distinção entre improbidade e irregularidade, que deve ser mais atacada. Aponta que deve se distinguir indício e evidência, sendo que o primeiro ocorre muito, mas não se confirma, enquanto o segundo é provado. Comenta que uma denúncia deve ter foco e evidência, pois quando há muitos indícios que não se confirmam, eles fragilizam a denúncia. Diz que quando se mistura uma série de questões não se

47 permite um foco para a discussão. Comenta que quando se conhece o orçamento e o portal da
48 transparência é possível ver o que há de programa de política pública de saúde e o que é convênio.
49 Diz que inclusive há convênio para reforma e construção de unidade básica de saúde. Aponta que a
50 maioria dos municípios do RS estão abaixo dos 5.000 habitantes. Comenta que conhecendo isso
51 como conselheiros da saúde se deve saber quais são os convênios incumbidos de reforma e
52 construção de unidades e fiscalizar as obras. Diz que se pode fiscalizar com ação de controle
53 específico, fiscalizando mais de perto. Comenta que quando houver obras paradas, por exemplo, se
54 pode pelo Portal de Transparência descobrir o plano de trabalho daquele convênio. Diz que a
55 auditoria de fiscalização é uma análise mais ampla de casos e programas, para que haja um
56 entendimento do conjunto. Pergunta quais os conselhos municipais tem um plano efetivo de
57 controle, pois deveriam ter. Diz que com base no programa de trabalho da obra que se vai se basear
58 para fiscalizar. Aponta que é importante no plano de ação de controle dos conselhos ter
59 materialidade, criticidade e relevância. Diz que se deve dominar esses conceitos para fazer um bom
60 plano. Referencia materialidade como questão financeira. Diz que se o conselho consegue atingir
61 70% do volume financeiro e 30% do volume físico das operações, está sendo feita uma boa
62 fiscalização. Comenta que se deve fiscalizar muito mais as irregularidades do que as improbidades.
63 Diz que com base nisso se tratará os maiores valores. Referencia criticidade como os programas que
64 envolvem grandes números de irregularidades, como quando há compras acima do valor de
65 mercado. Comenta que relevância se refere a pontos que não tem materialidade ou criticidade, mas
66 seja relevante, como o Bolsa Família. Diz que se deve qualificar as denúncias e que para se fazer
67 isso se deve selecionar as denúncias que têm evidências, não apenas suspeitas, para não crescer o
68 número de denúncias não resolvidas por falta de ter o que fazer. Comenta que o ponto chave para
69 resolver as denúncias é a inspeção física. Diz que é importante a fiscalização dos convênios e dos
70 contratos. Comenta que a fiscalização deve ser bem-feita, bem detalhada, para que a denúncia seja
71 melhor executada, que se deve ver onde houve desvios de verbas quando houver, a quantidade etc.
72 Relata as diferenças entre “convênio” e “repassa fundo a fundo”. A secretária diz que estamos
73 vivendo uma situação nos conselhos onde está sendo mais trabalhado a questão da fiscalização. Diz
74 que é uma questão muito importante, pois a gestão atual também não quer prédios não finalizados.
75 Comenta que se deve participar da construção do SUS nos municípios pelo interior. Diz que é
76 importante os conselhos auxiliarem. João de Deus, conselheiro do CES, pergunta quem presente já
77 fez fiscalização. Diz que a sociedade civil deve participar da construção da licitação. Pergunta ao
78 Ivan se as licitações serão feitas apenas pelos gestores ou se os conselheiros também poderão
79 participar. Conta que já participou de licitações e aponta que é importante os gestores convoquem os
80 conselheiros para participar. Ivan diz que essa resposta será dada junto com o resto da apresentação,
81 no ponto Controle Social na Licitação. Ivan continua a explicação sobre “convênio” e “repassa
82 fundo a fundo”. Diz que a tarde Carlos volta para trabalhar melhor esses programas. Comenta que
83 falará das licitações. Lembra que pela legislação se deve escolher sempre a opção mais vantajosa
84 pelo menor preço. Eliane, de São Leopoldo, pergunta sobre auditoria. Diz que há muito tempo tem
85 visto irregularidades na saúde mental em São Leopoldo e pergunta como se deve proceder para
86 fazer uma auditoria e como se deve começar para adquirir informações. Ivan responde que se deve
87 elaborar no plano de controle como tratar problemas como esse. Diz que uma das ações possíveis é
88 notificar as entidades de controle. Eliane diz que quer saber como devem fazer quando não tiverem
89 acesso ao material. Ivan diz que se fizerem o plano de fiscalização considerando o que foi dito na
90 apresentação conseguirão. Eliane comenta que fez uma denúncia que não foi respondida. Ivan diz
91 para fazer a denúncia para a CGU. Cláudio reforça que qualquer denúncia sobre recurso deve ser
92 feita bem cuidadosamente, analisando a origem do recurso para fazer melhor a denúncia e fazer
93 para o lugar certo. Enfatiza também que se deve analisar bem a situação. Henrique, do CMS de Rio
94 Pardo, diz que geralmente os gestores assinam os contratos e depois que passam para o conselho,
95 querendo que o conselho aprove. Pergunta como proceder. E pergunta se se pode aprovar rubricas
96 que não estavam previstas na licitação. Ivan responde que não. Após uma hora e meia de plenária as
97 caixas de som começaram a emitir um som chiado, comprometendo o resto da plenária e da
98 gravação até o fim. Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da Silva, Presidente do

99 CES/RS, deu por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavrei a presente ata
100 que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 07 de agosto de 2014.

101

102 Paulo Humberto Gomes da Silva
103 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

104

105

106 Alfredo Gonçalves
107 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

108

109

110 Jairo Francisco Tessari
111 Coordenador do CES/RS

Márcio Belloc
Coordenador do CES/RS

112

113

114 Carlos Alberto Ebeling Duarte
115 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS